

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ESTHER DE OLIVEIRA SANTOS

UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DETERMINANTES DO TRABALHO
INFANTIL NO CENTRO-OESTE EM 2015

DOURADOS/MS

2018

ESTHER DE OLIVEIRA SANTOS

**UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DETERMINANTES DO TRABALHO
INFANTIL NO CENTRO-OESTE EM 2015**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Roselaine Bonfim de Almeida

Banca Examinadora:

Professora Dra. Juliana Maria de Aquino

Professor Dr. Pedro Rodrigues de Oliveira

Dourados/MS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S237a Santos, Esther De Oliveira
Uma análise dos principais determinantes do trabalho infantil no
Centro-Oeste em 2015 / Esther De Oliveira Santos -- Dourados: UFGD, 2018.
43f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Roselaine Bonfim de Almeida

TCC (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal da Grande
Dourados
Inclui bibliografia

1. Trabalho Infantil. 2. Fatores determinantes. 3. Modelo logit. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DETERMINANTES DO TRABALHO
INFANTIL NO CENTRO-OESTE EM 2015

ESTHER DE OLIVEIRA SANTOS

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Dra. Roselaine Bonfim de Almeida

Dra. Juliana Maria de Aquino

Dr. Pedro Rodrigues de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Primordialmente, agradeço a Deus por ter me capacitado e me concedido saúde, foco e a sabedoria necessária para a realização deste trabalho, pois sem a sua permissão nada disto seria possível.

Agradeço aos meus pais, pelo amor e apoio incondicional que sempre houve de sobra em minha caminhada acadêmica, pelos professores exemplares que são e pelo estímulo dado em relação à educação desde sempre que me inspiraram a seguir, e pelas palavras de confiança e fé.

Sou grata a minha irmã Kíssyla por ter me incentivado a chegar até aqui, pelos esforços e conselhos que não me deixaram desanimar. Ao meu cunhado Alexsandro, por ter me apresentado o curso no qual concluo a partir deste trabalho.

A esta universidade, ao corpo docente, direção e administração, especialmente a FACE e aos professores do curso de Ciências Econômicas por dividirem com excelência seus conhecimentos imprescindíveis no processo de formação profissional.

A minha orientadora, professora Roselaine, pela paciência, por todo esforço, empenho nas correções, suporte no pouco tempo que lhe coube e pela confiança e incentivo mesmo em meio a mudanças inesperadas na elaboração deste trabalho.

Agradeço imensamente ao meu noivo Tiago, por não ter me deixado desistir, pelo companheirismo e parceria, por compreender a minha ausência para me dedicar aos estudos, por sempre celebrar cada passo dessa conquista juntamente comigo, por acreditar na minha capacidade e ser o primeiro a me encorajar durante as dificuldades encontradas nesta jornada.

Por fim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente cooperaram para que eu alcançasse o meu objetivo de conclusão do curso de Ciências Econômicas.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre os principais determinantes que afetam a probabilidade da criança e do adolescente entre 10 e 16 anos estar trabalhando no Centro-Oeste. Para isso, utilizou-se os dados da PNAD 2015. A análise foi realizada através de um modelo *logit*. Os resultados mostraram que as variáveis idade, gênero, idade que a pessoa de referência começou a trabalhar e renda são estatisticamente significantes, enquanto as variáveis cor, local de residência, tipo de família, tamanho da família, gênero da pessoa de referência e escolaridade da pessoa de referência não foram estatisticamente significantes. Com relação a variável idade, um ano a mais aumenta em 2,39 p.p. a probabilidade de trabalho infantil, enquanto uma pessoa do gênero masculino possui uma probabilidade 2,3 p.p. maior de estar trabalhando. A idade em que esta começou a trabalhar e a sua renda tem efeito negativo sobre a probabilidade da criança estar trabalhando.

Palavras chave: Trabalho Infantil; Fatores determinantes; Modelo *logit*.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the main determinants that affect the probability of children between the ages of 10 and 16 working in the Centro Oeste. For that, PNAD 2015 data were used. The analysis was performed through a logit model. The results showed that the variables age, gender, age that the reference person began to work and income are statistically significant, while the variables color, place of residence, family type, family size, gender of the person of reference and education of the reference person were not statistically significant. Regarding the variable age, one year more increases the probability of child labor by 2.39 p.p., while a male person is 2.3 p.p. more likely to be working. The age at which the reference person started working, and their income have a negative effect on the child's likelihood of working.

Keywords: Child Labor; Main Determinants; Logit.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Quantidade de crianças e adolescentes por idade no Centro-Oeste, em porcentagem.	27
Tabela 2 - Quantidade de crianças e adolescentes por cor e etnia no Centro-Oeste, em porcentagem.....	27
Tabela 3 - Quantidade de componentes familiares no domicílio das crianças e adolescentes no Centro-Oeste, em porcentagem.	28
Tabela 4 - Tipos de famílias em que as crianças e adolescentes viviam no Centro-Oeste, em porcentagem.....	29
Tabela 5 - Idade da pessoa de referência do domicílio das crianças e adolescentes, em porcentagem.....	30
Tabela 6 – Idade em que a pessoa de referência do domicílio começou a trabalhar, em porcentagem.....	31
Tabela 7 - Anos de escolaridade da pessoa de referência do domicílio das crianças e adolescentes no Centro-Oeste, em porcentagem.	31
Tabela 8 - Cor das crianças e adolescentes que estavam trabalhando no Centro-Oeste, em porcentagem.....	32
Tabela 9 - Idade das crianças e adolescentes que estavam trabalhando no Centro-Oeste, em porcentagem.....	33
Tabela 10 - Tamanho da família das crianças e adolescentes que estavam trabalhando no Centro-Oeste, em porcentagem.	34
Tabela 11 - Tipo de família das crianças e adolescentes que estavam trabalhando no Centro-Oeste, em porcentagem.....	35
Tabela 12 - Idade da pessoa de referência do domicílio, em porcentagem.	36
Tabela 13 - Idade em que a pessoa de referência do domicílio começou a trabalhar, em porcentagem.....	36
Tabela 14 - Anos de escolaridade da pessoa de referência do domicílio no Centro-Oeste, em porcentagem.....	37
Tabela 15 - Efeitos Marginais sobre a probabilidade de a criança ou adolescente estar trabalhando.	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

MQO – Mínimos Quadrados Ordinários

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAI – Programa de Ações Integradas

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

STATA - Data Analysis and Statistical Software

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivo Específico.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	14
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
2.1 DETERMINANTES DO TRABALHO INFANTIL.....	18
3 METODOLOGIA.....	22
3.1 ÁREA DE ESTUDO	22
3.2 FONTE DE DADOS	23
3.3 MODELO ECONOMETRICO	24
4 RESULTADOS	26
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA	26
4.1.1 Características pessoais e familiares das crianças e adolescentes.....	26
4.1.2 Características pessoais e familiares das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	32
4.2 EFEITOS SOBRE A PROBABILIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ESTAREM EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantil consiste em atividades econômicas, remuneradas ou não remuneradas, exercidas por crianças e adolescentes que têm idade inferior a 16 anos, sendo que, segundo a legislação brasileira, a partir de 14 anos é permitido o trabalho na condição de aprendiz (OIT, 2017b).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2013), cerca de 168 milhões de crianças e adolescentes estavam ocupando vagas no mercado de trabalho em 2012, o que representava 11% da população infantil mundial. Desse total, cerca de 85 milhões desses menores estavam submetidos ao que são consideradas as piores formas de trabalho infantil, ou seja, empregos que oferecem riscos, como, por exemplo, trabalhos noturnos, insalubres, perigosos, penosos ou prejudiciais à moralidade.

A dimensão tomada pela exploração da mão de obra infantil no mundo é, para muitos, assustadora, quando se leva em consideração que esse problema se originou há muito tempo atrás, o tempo passou e esse problema persistiu. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2015), no Brasil o trabalho infantil reduziu de 8,1%, em 2014, para 6,6%, em 2015. Esse resultado foi obtido mesmo com o aumento do número de crianças de cinco a nove anos de idade enquadradas em situações de trabalho infantil. Entretanto, o número de crianças de dez a treze anos retrocedeu de 484 mil para 333 mil, e o de adolescentes de quatorze a dezessete anos reduziu de 2.778 milhões para 2.260 milhões (IBGE, 2015).

No Brasil, em 2005, a PNAD mostrou a existência de quase três milhões de crianças entre cinco e quinze anos trabalhando. Dessa forma, percebe-se que houve uma redução no número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil até os dias atuais. Entretanto, a preocupação voltada para essa temática ainda persegue a sociedade e as autoridades governamentais de muitos países afetados por tal problema, já que seus aspectos negativos ultrapassam o impacto desastroso deixado na vida das crianças, pois chegam inclusive ao progresso econômico de um país, por ter relação direta e indireta com a renda (KASSOUF, 2007).

Ao se analisar os dados da PNAD de 1992 e 2006 observa-se que os estados do Centro-Oeste apresentaram uma queda na taxa de trabalho infantil de crianças entre 10 e 14 anos. Em Goiás essa taxa era de 28,93% em 1992 e caiu para 9,16% em 2006, em Mato Grosso essa taxa era de 27,48% em 1992 e caiu para 13,86% em 2006. No Mato Grosso do

Sul, nesse período, a taxa se reduziu de 24,49% para 9,73% e no Distrito Federal a redução foi de 11,06% para 2,24% (GUIMARÃES; ASMUS, 2010).

Em Mato Grosso do Sul, de acordo com o Censo de 2010, o percentual referente ao nível de ocupação da população de 10 a 17 anos foi de 13,9%. Em Goiás, a porcentagem foi ainda maior, sendo 15,5% o nível ocupacional na mesma faixa etária. No Distrito Federal esse valor foi de 8,5%. O estado de Mato Grosso apresentou o menor valor em termos percentuais, com 15,3% das crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos ocupadas na semana de referência da pesquisa (IBGE, 2018a).

Para combater o trabalho infantil é necessário conhecer e obter informações sobre a origem deste problema, ou seja, quais as causas que acarretam o trabalho de crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, diversos estudos foram realizados, buscando compreender as variáveis que explicam o trabalho infantil, como, por exemplo, Magalhães (2005) que analisa os determinantes do trabalho infantil para famílias ucranianas, Muniz (2006) que analisa esses determinantes no estado de Minas Gerais e Lima (2011) que foca sua análise no estado de Tocantins.

De acordo com Cipola (2001 *apud* OLIVEIRA, 2004), estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) mostram que dentre as principais causas do trabalho infantil no mundo esta a pobreza das famílias e a deficiência do sistema educacional, que acaba desestimulando a criança, levando-a ao mercado de trabalho. Além disso, o autor ainda aponta o sistema de valores e tradições da sociedade, como, por exemplo, a criança que mora no campo e trabalha com os pais, e o próprio desejo da criança de querer começar a trabalhar logo cedo, provavelmente para ter o seu próprio dinheiro.

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

O trabalho infantil vem sofrendo alterações em número de casos identificados há algum tempo e, com isso, surgem preocupações em relação às causas deste problema, a sua origem e o motivo pelo qual o número de crianças e adolescentes trabalhando é considerável no país.

Essa prática de menores em ocupações de trabalho vem sendo empurrada desde a colonização do país, se adequando a desigualdade da sociedade. Um exemplo histórico é o decreto de nº 1.313 de 1891, que legalizava o trabalho de menores nas fábricas da Capital Federal (BARBOSA, 2016).

O interesse acadêmico pelo trabalho infantil vem tomando espaço entre os economistas, principalmente devido ao destaque dado à sua relação com a pobreza e como isso pode criar

um impedimento ao crescimento econômico, já que crianças que trabalham tem seu tempo de estudo reduzido (KASSOUF, 2007).

Visando entender a existência deste problema no Brasil e no mundo, fazem-se uso de microdados de pesquisas domiciliares aplicadas em diversos países, em vários anos e com diferentes bases de dados, dirigidas para ocupações de menores no mercado de trabalho. Através disso, é possível identificar os determinantes que mais aparecem nos estudos realizados sobre as causas do trabalho infantil, sendo algumas delas: a pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe da residência, entre outros.

Este trabalho visa analisar os determinantes do trabalho infantil concentrando-se, especificamente, na região Centro-Oeste. Dessa forma, espera-se identificar as principais variáveis que influenciam a inserção precoce no mercado de trabalho das crianças nesta região e, conseqüentemente, colaborar para a criação de futuras políticas de combate ao trabalho infantil.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é analisar os determinantes do trabalho infantil na região Centro-Oeste em 2015.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Fazer um levantamento da literatura econômica sobre os principais determinantes do trabalho infantil;
- Analisar o perfil das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil;
- Identificar o efeito de determinados aspectos individuais e familiares influenciarem na criança ou adolescente estar trabalhando ou não.

1.3 JUSTIFICATIVA

Segundo a OIT (2017a), em 2016 podia-se observar cerca de 152 milhões de crianças entre cinco e dezessete anos em situação de trabalho infantil. Quando se analisa os dados para o Brasil, observa-se uma queda de 68% entre 1992 e 2015, onde 5,7 milhões de crianças deixaram de trabalhar no país.

Na região Centro-Oeste, o nível de ocupação de pessoas entre cinco e dezessete anos foi de 8,2% em 2014, sofrendo uma queda para 7,2% em 2015, de acordo com os dados da PNAD 2015 (IBGE, 2015).

Para Barros e Mendonça (2010), são facilmente perceptíveis os aspectos negativos que o trabalho infantil desencadeia na vida das crianças e dos adolescentes, dentre eles, piora na saúde, desempenho escolar insuficiente, tempo de lazer limitado ou nulo, entre diversos outros.

No presente trabalho de conclusão de curso, serão expostos os principais determinantes do trabalho infantil no Centro-Oeste. Serão de imensa importância os resultados alcançados, pois conhecendo melhor as fontes do problema, neste caso, do trabalho infantil, pode-se facilitar para os formuladores de ações de combate, a elaboração e manejo de futuras políticas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil, sendo assim alcançada a solução deste problema social e econômico.

Além disso, existe pouca literatura especializada referente à região e estados analisados, tornando este estudo ainda mais relevante, já que as variáveis foram exclusivamente analisadas para os dados disponíveis das características da população da região Centro-Oeste.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em mais cinco seções, além dessa introdução. Na seção subsequente, apresenta-se a revisão bibliográfica. A terceira seção apresentada a metodologia utilizada neste estudo, bem como a área de estudo, fonte de dados e modelo econométrico. A seção quatro trás os resultados divididos em duas subseções, sendo a primeira a análise descritiva das variáveis e a segunda os efeitos marginais dessas variáveis e, por fim, a seção cinco apresenta as considerações finais do trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Desde a antiguidade o trabalho infantil se perpetua através da escravidão em diversos países, como Grécia, Egito, China, Japão e outros, onde crianças e adolescentes serviam aos seus senhores, sendo atribuído a elas as funções de marceneiros, carpinteiros, semeadores e colhedores, trabalhadores artesanais, oleiros, mineiros, pastoreio de rebanhos e, até mesmo, o trabalho em embarcações marítimas, entre outros (FERREIRA, 2001).

No fim do século XVIII, com a Revolução Industrial, observou-se que as crianças faziam uso de sua força de trabalho em uma jornada diária excessiva. De acordo com Basu e Van (1998 apud ALMEIDA, 2015), na Inglaterra e País de Gales, dados do censo de 1851 mostraram que 36,6% dos meninos na faixa etária de 10 a 14 anos e 19,9% das meninas da mesma faixa etária estavam em situação de trabalho infantil.

As pesquisas realizadas por Ferreira (2001) mostram que a infância foi defendida pela primeira vez por Jean-Jacques Rousseau, um filósofo que, em 1762, publicou *Émile*, livro onde tenta, através da educação, conscientizar os adultos sobre a situação dos menores, denunciando em sua obra a covardia dos maus tratos contra eles e causando um escândalo na sociedade europeia daquela época. Charles Dickens, no século XIX, escreveu seus romances discorrendo sobre a triste realidade infantil, adotando as ideias de Rousseau.

Fyfe (2007 apud ALMEIDA, 2015) relata que em 1833 foi implantada a primeira legislação de controle ao trabalho infantil, chamada de *Factory Act*, na Grã-Bretanha. Na lei efetivada constava a proibição do trabalho para as crianças até nove anos de idade, a diminuição da carga horária máxima para crianças de 9 a 13 anos (máximo de oito horas diárias) e que as crianças poderiam receber algum tipo de instrução.

No Brasil, percebe-se a presença do trabalho infantil desde o século XVI, onde a mão de obra infantil indígena era utilizada para realizar diversas tarefas forçadamente. Com a chegada dos africanos iniciou-se a utilização da mão de obra escrava africana e, conseqüentemente, as crianças africanas também foram forçadas a trabalhar assim como seus pais (BRASIL, 2011).

Ao fim dos anos 1980 houve uma preocupação maior em relação ao combate ao trabalho infantil por parte do governo e de instituições não governamentais. Nesse período, verificam-se medidas adotadas de suma importância no processo de erradicação do trabalho infantil no Brasil (OIT, 2010).

Dentre as principais legislações que marcaram o combate ao trabalho infantil no Brasil, temos a Constituição Federal de 1988 que, de acordo com o artigo 227, coloca como

deveres da família, sociedade e Estado, priorizar a segurança da criança, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, a educação e outros direitos descritos na constituição (UNICEF, 2018).

Outro fato importante foi à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990), sendo um dos instrumentos legais de proteção a crianças e adolescente mais admirados, eficientes e avançados do mundo. Além disso, houve a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e os Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais, inclusive os conselhos tutelares que exercem a função de fazer com que as leis se cumpram (OIT, 2010).

Outras legislações importantes foram a Lei da Aprendizagem (10.097/2000), que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), passando a ordem de que todas as empresas devem dispor a contratação de um número de jovens e adolescentes entre 14 e 24 anos como aprendizes; o Decreto 6.481/2008, que aprova a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil e proíbe que as crianças e adolescentes menores de 18 anos sejam inseridas nos trabalhos nela descritos; e, por fim, a Emenda a Constituição 138/2003, também conhecida como PEC da Juventude, que incluiu os jovens entre 15 e 29 anos na priorização do governo brasileiro com relação aos direitos à saúde, educação, lazer, profissionalização, entre outros. Essa PEC foi promulgada em 2010 (OIT, 2010).

Em 2000 o governo brasileiro havia iniciado diversos programas sociais com a finalidade de combater o trabalho infantil, especialmente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que era responsável por seis ações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): fiscalização, mapeamento dos focos de trabalho infantil, estudos e pesquisas sobre seus impactos, edição e distribuição das publicações e eventos e campanhas de conscientização e sensibilização da população. O programa “Bolsa Criança Cidadã”, realizado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, também tinha como objetivo retirar os menores do trabalho e inseri-los na escola (NETO, 2007).

Para Ferro (2003), políticas que foquem em renda e educação são a chave para a erradicação do trabalho infantil, já que adultos com um nível de escolaridade maior darão mais importância à educação, incentivando seus filhos a fazerem o mesmo para terem a garantia de um futuro melhor. No longo prazo, essas crianças teriam um nível escolar ainda maior que os seus pais e passariam adiante os mesmos estímulos de frequência à escola para seus filhos, mantendo um ciclo de geração a geração nessa parcela da população.

Em busca de respostas sobre quais os fatores que levaram a redução do trabalho infantil no Brasil desde 1990, Kassouf (2015) realizou um estudo para apresentar o

desempenho brasileiro no afastamento de crianças e adolescentes do trabalho infantil. A autora utilizou dados das PNADs de 1992 a 2011 para fazer a análise. Averiguou-se que os principais responsáveis pelo bom desempenho diagnosticado foram a criação de leis e comissões de combate ao trabalho infantil, aumento da fiscalização do trabalho, os programas sociais implantados e políticas de fortalecimento da educação, incluindo a participação de organizações internacionais.

Nos anos 1990 começaram a se tornar visíveis os primeiros casos de trabalho infantil no estado de Mato Grosso do Sul, em carvoarias no interior do estado. Isso causou uma mobilização social e a intervenção do Estado e do restante da sociedade para combater o problema em todas as regiões, já que se constatou que até crianças de quatro anos eram consideradas aptas para trabalhar nas carvoarias. Com isso, em 1995 o estado foi configurado como área prioritária na implantação do Programa de Ações Integradas (PAI)¹ por possuir mais de 2.500 crianças trabalhando na produção de carvão vegetal em péssimas condições de trabalho (OIT, 2003).

Em Mato Grosso do Sul, após a criação e implementação do PETI no estado, houve notável melhoria no que diz respeito ao trabalho infantil, erradicando-se praticamente esse problema (exceto por alguns casos identificados de indígenas que não falavam suas idades corretas), já que o programa fez a retirada das crianças e adolescentes das carvoarias, que como referido acima, eram os principais recrutadores de trabalhadores infantis do estado. Além disso, a sociedade passou a participar dos assuntos relacionados ao tema, valorizando a educação, o que levou a redução significativa do analfabetismo (OIT, 2003).

Em Goiás, foi firmado o Pacto Goiás em 1999, envolvendo empresas do setor sucroalcooleiro do estado com o objetivo de eliminar o uso da mão de obra infantil na cadeia produtiva. Além disso, esse pacto visava incentivar a melhoria da qualidade do ensino, criar ações para beneficiar a permanência da criança na escola, propor às empresas a destinação de contribuições aos fundos municipais de direitos da criança e do adolescente, apoiar iniciativas dos governos Federal, Estadual e Municipal e das Organizações Não Governamentais (ONGs) e atuar na campanha para a conscientização da importância da permanência das crianças na escola (MARIN, 2010).

No Distrito Federal o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) teve uma queda gradativa de crianças inscritas de 2008 a 2011, devido a dificuldades no monitoramento

¹ Esse programa foi definido como uma “metodologia de intervenção social baseada na articulação de esforços para implementar atividades educacionais, de saúde e de geração de renda junto às famílias onde haja incidência de trabalho infantil” (OIT, 2003 p.58).

e a atenção de suas ações a indivíduos em risco de trabalho infantil. O ‘Plano DF Sem Miséria’ foi implantado para complementar as ações federais nos âmbitos de frequência escolar, transferência de renda (através do Bolsa Família) e inclusão produtiva. O Distrito Federal ainda conta com os Serviços de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos para crianças até 17 anos e idosos, objetivando prevenir a situação de risco social e finalizar o trabalho social realizado com as famílias (CODEPLAN, 2012).

2.1 DETERMINANTES DO TRABALHO INFANTIL

O trabalho infantil tem sido um assunto bastante explorado e que vem atraindo a atenção de diversos autores como tema de estudos e pesquisas ao longo dos anos, como mostrou a subseção anterior.

Para se obter ações de combate eficientes para a erradicação do trabalho infantil no mundo, é necessário entender quais são as razões que levam a criança ao ingresso precoce no mercado de trabalho. Essas razões se referem aos determinantes do trabalho infantil (GUEDES FILHO *et al*, 2013).

De acordo com a literatura, a disponibilização de mão de obra infantil no mercado de trabalho é motivada por um grupo de fatores relacionados com as características da família e domicílio, considerando aspectos políticos, econômicos e sociais. A renda familiar tem explicado o trabalho infantil, em parte, para alguns autores, enquanto outros acreditam que o fato da criança começar a trabalhar está ligado as condições do mercado de trabalho, relacionados com as perspectivas de retornos futuros (GUEDES FILHO *et al*, 2013).

Dentre alguns estudos realizados neste sentido, Basu e Tzannatos (2003 apud KASSOUF, 2007) mostram que crianças que vivem em famílias de classe média alta não trabalham. Os estudos de Nagaraj (2002) e Edmonds (2001), citados por Kassouf (2007), encontraram resultado significativo ao analisar a relação entre renda e trabalho infantil, constatando que quanto maior a renda, menor a probabilidade de a criança trabalhar e maior a de ela estudar. Entretanto, há também estudos em que esta mesma relação não obteve significância, como é o caso dos estudos de Ray (2000) e Barros *et al* (1994) também citados por Kassouf (2007).

Segundo Ersado (2002 apud ALMEIDA, 2015), outro estudo realizado, utilizando dados para o Nepal, Peru e Zimbábue, conclui que a pobreza tem relação com o trabalho infantil nas áreas rurais, mas na área urbana esses resultados não foram estatisticamente significantes.

Em relação a variável escolaridade dos pais das crianças em situação de trabalho infantil, Kassouf (2007) cita os trabalhos de Bhalotra e Heady (2003) para a área rural de Gana, Rosati e Tzannatos (2000) para o Vietnã e Cigno e Rosati (2002) para a Índia, que apresentam efeito negativo apenas para a escolaridade da mãe, enquanto Tunali (1997 apud KASSOUF, 2007) não encontra efeito desta variável sobre o trabalho infantil na Turquia. Para o Brasil, Kassouf (2002), encontra efeito negativo e estatisticamente significativo tanto para o pai quanto para a mãe dessas crianças.

Ersado (2002 apud ALMEIDA, 2015) relata que quanto maior o nível de escolaridade dos pais, maior a probabilidade de frequência à escola e menor a probabilidade de haver trabalho infantil na família, no estudo realizado para o Nepal, Peru e Zimbábue.

Com relação ao gênero da pessoa de referência, alguns trabalhos realizados por Patrinos e Psacharapoulos (1994 apud KASSOUF, 2007) para o Paraguai, Grootaert (1998 apud KASSOUF, 2007) para a Costa do Marfim e Bhalotra e Heady (2003 apud KASSOUF, 2007) para o Paquistão, concluíram que famílias chefiadas pela mãe, têm maior probabilidade de ter crianças inseridas no mercado de trabalho. Este resultado também é obtido para o Brasil, especificamente para as Regiões Metropolitanas de Recife, São Paulo e Porto Alegre, onde Barros, Fox e Mendonça (1997 apud KASSOUF, 2007), com base nos dados da PNAD de 1984, identificaram 30% de famílias neste perfil.

Outra variável importante analisada em estudos sobre os determinantes do trabalho infantil é a idade em que a pessoa de referência começou a trabalhar, onde os resultados se mostram significantes. Em seu estudo, Wahba (2002 apud KASSOUF, 2007) analisando o Egito, conclui que quando a mãe trabalhou na infância, a probabilidade da criança também trabalhar cresce em 10% e a de quando o pai trabalhou na infância, a probabilidade do filho também trabalhar é de 5%. No Brasil, Emerson e Souza (2003 apud KASSOUF, 2007) obtiveram significância nesta mesma variável, atribuindo este resultado às normas sociais de que pais que trabalharam precocemente veem o trabalho infantil com naturalidade e com isso possuem mais chances de colocarem seus filhos para trabalhar.

Desse modo, Abadía *et al.* (2009) realizaram seu estudo buscando explicar o trabalho infantil e a escolaridade, com base nos dados da Indagação Nacional de Qualidade de Vida do ano de 2003 para a região do Valle del Cauca, na Colômbia. Os autores utilizaram em sua análise o modelo econométrico *probit bivariado*, pois este permite o estudo inter-relacionado e conjunto de diferentes decisões, sendo neste caso, a frequência escolar ou o trabalho.

Os fatores determinantes encontrados para a região analisada no estudo acima resultam em idade, gênero, etnia e características dos chefes de família (escolaridade, renda,

gênero, idade, local de residência, tamanho da família e número de meninos e meninas na família), concluindo por meio destes aspectos que no Valle del Cauca, as crianças e adolescentes que tem maior probabilidade de estarem trabalhando ou de futuramente realizarem atividades de trabalho e que não tem frequência escolar são: meninos ou crianças mais velhas, as que moram onde o chefe de família é homem ou tem escolaridade baixa, as que vivem em áreas rurais e as crianças que vivem em residências com maior número de crianças e adultos empregados (ABADÍA *et al*, 2009).

No Brasil, alguns estudos foram realizados buscando explicar o trabalho infantil, tanto em âmbito nacional, quanto regional. Kassouf (2001) em sua pesquisa analisa as variáveis que afetam a probabilidade da criança trabalhar ou frequentar a escola. Para isso, ela utiliza dados da PNAD de 1995 e uma amostra de crianças de 5 a 14 anos. Os resultados foram estimados através de modelos próbites. Esses resultados mostraram que quanto maior a escolaridade, menor a probabilidade das crianças trabalharem e maior a probabilidade delas estudarem. Outra variável importante é a idade da criança, ou seja, quanto mais velha a criança, maior a probabilidade de ela trabalhar. Além disso, quanto mais irmãos essa criança tiver, maior a probabilidade dela trabalhar.

Pode-se destacar o estudo de Muniz (2006), que utiliza os dados da PNAD dos anos entre 1995 e 2004 para traçar o perfil dessas crianças, quanto as suas características individuais, familiares e residenciais. Ele também utiliza a PNAD de 2004 para analisar os determinantes do trabalho infantil em Minas Gerais. Para isso, o autor utiliza o método *logit multinomial*. Os resultados encontrados mostram que a idade em que o chefe de família começou a trabalhar reduz a probabilidade dos meninos residentes na região urbana de trabalhar e estudar. Entre os quatro resultados possíveis de serem encontrados no estudo (só trabalhar, trabalhar e estudar, só estudar e não trabalhar e nem estudar) quanto maior a escolaridade do chefe de família, e quando a família possui imóvel próprio, aumenta a probabilidade dos meninos trabalharem e estudarem, exceto se houver um número maior de crianças menores de 10 anos.

Um resultado interessante neste estudo foi o de que para os meninos, o fato do chefe de família ser uma mulher reduz a probabilidade da criança só trabalhar e não o contrário, que era o esperado. Verificou-se também que as famílias compostas por dois adultos aumentam as chances dos meninos só estudarem. No meio rural, a presença da mãe não interfere positivamente para os meninos na questão do trabalho, porém quando se tem a propriedade do imóvel, aumentam as chances dos meninos só estudarem. No caso das meninas na área urbana, tanto a presença da mãe quanto a presença de dois adultos na família, além dos anos

de estudo do chefe da família, reduzem a probabilidade delas só trabalharem, mas quanto mais crianças menores de 10 anos, maior a probabilidade das meninas só trabalharem tanto na zona urbana, quanto na zona rural (MUNIZ, 2006).

Araújo *et al* (2010) analisaram os determinantes do trabalho infantil utilizando um modelo logístico multinomial e concluíram que quanto maior a idade da criança, menor a sua propensão a somente estudar e maior a sua propensão a somente trabalhar. Ao analisar a variável gênero, observou-se que as meninas, em relação aos meninos, possuem menor probabilidade de não estudar e nem trabalhar. Com relação a variável raça, constatou-se que as crianças brancas têm menor probabilidade de não estudar e não trabalhar e também maior probabilidade de somente estudar, contudo, esse mesmo grupo de crianças apresentou maior probabilidade de somente trabalhar.

Lima (2011) analisou em seu estudo os determinantes do trabalho infantil em Tocantins utilizando o modelo *logit multinomial*. Para essa análise ele utilizou os dados da PNAD de 2009, onde os resultados mostraram que: as crianças não brancas tem maior probabilidade de só trabalhar; quanto maior o número de pessoas na família menor a probabilidade da criança só estudar e maior a probabilidade dela estudar e trabalhar; a renda influencia de forma positiva apenas nas escolhas de só estudar e estudo e trabalho, ou seja, quando a renda aumenta as chances da criança só estudar e estudar e trabalhar também aumenta.

Buscando entender e caracterizar o trabalho infantil em Mato Grosso do Sul, Pereira (2016) realizou um estudo, analisando as microrregiões do estado, cujo objetivo principal era identificar se há ou não uma diferença nas características das crianças que sofrem com a exploração da mão de obra e das que não sofrem. Através do cálculo da média, desvio-padrão, correlação linear e teste de diferença de duas médias, obteve-se o resultado de que o trabalho infantil no estado diminuiu do período de 2000 a 2010, de acordo com os Censos Demográficos deste período, em cerca de 14%, sendo poucas características não diferenciadas entre os trabalhadores e não trabalhadores infantis.

Constatou-se que de 2000 a 2010 à medida que a idade da criança aumenta o trabalho infantil também aumenta, quanto maior o número de mães com ensino fundamental incompleto, maior é o trabalho infantil. A quantidade de pessoas na família também está correlacionada com a criança estar trabalhando em 2000 e em 2010 passa a ser inversamente correlacionada. A renda continua inversamente correlacionada ao trabalho precoce, assim como a maioria dos trabalhadores e os meninos que continuam sendo a maioria em situação de trabalho infantil (PEREIRA, 2016).

Portanto, ao longo dessa seção foram apresentados diversos estudos direcionados para regiões específicas, em anos específicos e analisando diversas variáveis. Esses estudos visaram entender a origem do trabalho infantil ao longo da história e os avanços no combate a este problema. Além disso, também se buscou analisar os fatores determinantes do trabalho infantil. Dentre os estudos analisados foi possível encontrar resultados divergentes, mesmo quando se analisava a mesma variável.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, a fim de se alcançar o objetivo proposto, será apresentada a metodologia da pesquisa, que se divide em três subseções. Primeiramente será apresentada a definição da área de estudo. Em seguida, será apresentado os dados utilizados e, por último, o modelo econométrico.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A área geográfica a que o estudo se refere é a região Centro-Oeste, que é composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. Conforme a divisão regional do território brasileiro, definida pelo IBGE que se encontra em vigor até a atualidade (após a criação do estado do Tocantins em 1988 que antes fazia parte da região norte do estado de Goiás). O Centro-Oeste é a segunda maior região brasileira em termos de extensão territorial, com 1.606.403,505 km^2 . Sua população é estimada em 16.170.218 habitantes, e com densidade demográfica aproximada de 10 hab/ km^2 segundo o levantamento realizado pelo (IBGE, 2018b).



Figura 1 – Mapa do Brasil com destaque para a região Centro-Oeste.

Fonte: Adaptado pela autora, retirado de Google Imagens (2018).

A região Centro-Oeste é formada por 467 municípios e sua economia é baseada na agricultura, pecuária e em indústrias de alimentos, mecânica, têxtil e química.

3.2 FONTE DE DADOS

Para a elaboração desse trabalho utilizou-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 2015. Esses dados são divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A PNAD teve início em 1967 e, desde então, vem sendo implementada como uma forma de se obter informações sobre características da população como, por exemplo, trabalho, escolaridade, rendimento e condições de habitação. Em alguns anos são acrescentados suplementos a pesquisa como, por exemplo, variáveis referentes ao trabalho infantil, segurança alimentar, acesso e utilização de serviços de saúde, etc.

A PNAD é uma pesquisa denominada como autodeclarada porque os respondentes da pesquisa tem autonomia para responder de modo independente as perguntas realizadas pelo entrevistador. Para cada pesquisa são entrevistados mais de 300 mil indivíduos, o que confere a pesquisa maior credibilidade nas análises estatísticas, já que a amostra é grande.

Para este estudo, serão analisadas as seguintes variáveis: i) se as crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos encontram-se em situação de trabalho infantil²; ii) idade; iii) gênero; iv) cor/raça; v) local de residência; vi) tamanho da família; vii) tipo de família; viii) gênero da pessoa de referência; ix) idade da pessoa de referência; x) idade que a pessoa de referência começou a trabalhar; xi) anos de escolaridade da pessoa de referência; xii) renda mensal da pessoa de referência. Essas variáveis estão divididas em dois grupos: as variáveis referentes a criança e as variáveis referentes a pessoa de referência do domicílio dessa criança. Com relação a variável tipo de família, foi criada uma *dummy*, onde 1 mostra que a família é composta pela mãe com filhos e 0 são os outros tipos de famílias.

Esses dados serão analisados de duas formas. Primeiramente será realizada uma análise descritiva apresentando as características pessoais e familiares das crianças e adolescentes, entre 10 e 16 anos, em situação de trabalho no Centro-Oeste. Em seguida, serão analisadas as influências dessas características na probabilidade da criança estar ou não trabalhando. Para isso, será utilizado um modelo de regressão logística.

3.3 MODELO ECONOMÉTRICO

Este estudo tem como objetivo analisar os determinantes do trabalho infantil, ou seja, pretende-se identificar quais características individuais e familiares afetam a probabilidade da criança estar trabalhando ou não. Para atingir esse objetivo, será utilizado um modelo de escolha qualitativa.

De acordo com Gujarati (2006), utiliza-se um modelo de escolha qualitativa quando o regressando é de natureza qualitativa. Neste estudo, pode-se representar isso da seguinte forma: Y é a variável binária a ser explicada, que representa se o indivíduo entre 10 e 16 anos trabalhou na semana de referência. Dessa forma, $Y=1$ indica que a criança ou adolescente trabalhou na semana de referência e $Y=0$ indica que ela não trabalhou na semana de referência.

Para esta análise será utilizado o modelo de regressão logística, também chamado de modelo *logit*. Esse modelo explica os efeitos dos regressores, que no nosso estudo representam as características pessoais e da pessoa de referência da criança ou adolescente, sobre a probabilidade de resposta do regressando (WOOLDRIDGE, 2006).

² A seleção desta faixa etária para a análise se deu porque, de acordo com a OIT, a definição de trabalho infantil se refere a crianças que possuem idade inferior a 16 anos (OIT, 2017b).

Segundo Gujarati (2006, p. 480), para a aplicação desse modelo pode-se utilizar o modelo de probabilidade linear apresentado na equação (1):

$$P_i = E(Y = 1 | X_i) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_1 + \beta_2 X_i)}} \quad (1)$$

onde β_1 é a constante, β_2 é o coeficiente da variável X_i e X_i representa os regressores.

Ainda segundo Gujarati (2006, p. 481), essa equação pode ser simplificada, como é mostrado abaixo:

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-Z_i}} = \frac{e^Z}{1 + e^Z} \quad (2)$$

onde: $Z_i = \beta_1 + \beta_2 X_i$.

De acordo com Gujarati (2006, p. 481), a equação (2) é chamada de *função de distribuição logística* (acumulada) e o valor de P_i varia entre 0 e 1. O autor também argumenta que como P_i não é uma função linear então não é possível utilizar o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Esse problema pode ser contornado com a linearização da equação (2). Dessa forma, se P_i é a probabilidade da criança ou adolescente estar trabalhando, $(1 - P_i)$ é a probabilidade da criança ou adolescente não estar trabalhando. Essa relação encontra-se na equação (3):

$$1 - P_i = \frac{1}{1 + e^{Z_i}} \quad (3)$$

Que também pode ser apresentada como segue:

$$\frac{P_i}{1 - P_i} = \frac{1 + e^{Z_i}}{1 + e^{-Z_i}} = e^{Z_i} \quad (4)$$

Dessa forma, encontrou-se a *razão das chances* da criança ou adolescente estar trabalhando em relação a essa criança ou adolescente não estar trabalhando $(1/1-P_i)$.

Para simplificar esse resultado, pode-se calcular o logaritmo natural da equação (4):

$$L_i = \ln \left(\frac{P_i}{1 - P_i} \right) = Z_i \quad (5)$$

Dessa forma, a equação (4) se torna linear. Essa nova equação é chamada de modelo *logit*. Contudo, esse ainda não é o resultado final dessa análise. Ainda é preciso determinar o efeito marginal de cada regressor.

Para Wooldridge (2006, p.520), “Para encontrarmos o efeito parcial de variáveis, aproximadamente contínuas, temos que confiar no cálculo. Se x_j for aproximadamente contínua, seu efeito parcial sobre $p(\mathbf{x}) = P(y = 1|\mathbf{x})$ será obtido da derivada parcial”. Ou seja, o efeito marginal de cada variável é encontrado quando se deriva a função de distribuição cumulativa³.

4 RESULTADOS

Esta seção está dividida em duas subseções. Na primeira pretende-se analisar as informações quantitativas acerca da distribuição das características das crianças e adolescente no Centro-Oeste e na segunda serão analisados os resultados do modelo econométrico. A primeira subseção também está dividida em duas partes⁴. A primeira apresenta as características pessoais de todas as crianças e adolescentes da amostra e a segunda apresenta as características somente dos indivíduos de 10 a 16 anos em situação de trabalho infantil.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

4.1.1 Características pessoais e familiares das crianças e adolescentes

O trabalhador infantil é a variável principal deste estudo. Em 2015, no Centro-Oeste, 7,34% das crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos se encontravam em situação de trabalho infantil, enquanto os 92,66% restantes representavam os menores que não trabalhavam. Em termos populacionais, esses valores indicam que aproximadamente 126.939 crianças e adolescentes nessa faixa etária trabalhavam enquanto 1.601.373 não trabalhavam.

Pode-se dizer que, com relação a variável idade, nossa amostra é bem distribuída, com dados bastante próximos, sendo maior a porcentagem de adolescentes com 13 e 15 anos na

³ Para fazer essa análise será utilizado o programa STATA.

⁴ Em todas as tabelas foram utilizados os pesos da PNAD.

região, ambos representados por 15,76%, e a menor quantidade a de crianças com 11 anos, com 12,34%, como mostra a tabela 1. Para a análise dos resultados, espera-se que com o aumento da idade, a probabilidade da criança trabalhar seja maior.

Tabela 1– Quantidade de crianças e adolescentes por idade no Centro-Oeste, em porcentagem.

Idade	%
10	14,63
11	12,44
12	13,44
13	15,76
14	13,90
15	15,76
16	14,07
Total	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

Com relação ao gênero dessas crianças e adolescentes, 51,89% são do sexo masculino e 48,11% representam o sexo feminino. Quando se analisa a cor e etnia dessas crianças e adolescentes, como na tabela 2, percebe-se que, mesmo em menor grau, indivíduos de todas as cores estão representados na amostra.

Tabela 2 - Quantidade de crianças e adolescentes por cor e etnia no Centro-Oeste, em porcentagem.

Cor/etnia	%
Indígena	0,08
Branca	34,23
Preta	6,36
Amarela	0,33
Parda	59,00
Total	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

Entretanto, a cor parda é a que tem maior incidência de crianças e adolescentes representados, com 59%, seguida da cor branca, que se apresenta com 34,23%. Os indivíduos com menor representatividade são da cor preta, que se refere aos afrodescendentes, com

6,36%, a cor amarela ou os que se declaram asiáticos, com 0,33%, e os indígenas, representando 0,08% das crianças e adolescentes.

Com relação ao local de residência, a maior parte das crianças e adolescentes reside na área urbana, somando 89,07%, enquanto os 10,93% restantes, residem na área rural.

A tabela 3 mostra as porcentagens equivalentes ao tamanho da família, ou seja, dispõe os dados de quantas pessoas compõem a família dos indivíduos da nossa amostra. Percebe-se que a maior parte dos menores possuem quatro integrantes em sua família, com 36,21%, sendo a segunda maior parcela representada pelas famílias formadas por cinco membros, com 22,29%. As duas parcelas de menor proporção foram as famílias de 12 pessoas, com 0,09%, e as de 15 pessoas, com 0,05%.

Esta variável é de suma importância em nossa análise, pois, teoricamente, espera-se que quanto maior o tamanho da família, maior será a probabilidade das crianças e adolescentes estarem trabalhando, em vista da maior demanda por renda necessária para esta família.

Tabela 3 - Quantidade de componentes familiares no domicílio das crianças e adolescentes no Centro-Oeste, em porcentagem.

Nº de pessoas	%
2	4,17
3	20,68
4	36,21
5	22,29
6	10,22
7	3,85
8	1,57
9	0,60
10	0,27
12	0,09
15	0,05
TOTAL	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

A tabela 4 contém a distribuição das crianças e adolescentes em termos de composição familiar. Ela mostra que a maior parte destas crianças vive com ambos os pais, somando 30,39%. Famílias compostas com o casal cujos filhos são todos menores de 14 anos,

representam 24,51%, sendo a segunda maior proporção. Os menores valores representam os outros tipos de família, com 4,55%, e casais sem filhos, com 4,38%.

Tabela 4 - Tipos de famílias em que as crianças e adolescentes viviam no Centro-Oeste, em porcentagem.

Tipos de famílias	%
Casal sem filhos	4,38
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	24,51
Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	15,44
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	30,39
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	5,60
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais	7,20
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	7,92
Outros tipos de família	4,55
Total	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

As próximas variáveis analisadas estão relacionadas a pessoa de referência do domicílio onde a criança ou adolescente reside. Com relação ao gênero dessa pessoa, constatou-se que a maior parte das pessoas responsáveis pela residência, ou seja, o principal agente provedor do lar, é do sexo masculino, representando 58,28% da amostra analisada, enquanto as mulheres representavam 41,72%.

Na tabela 5 está representado a idade da pessoa de referência do domicílio. Observa-se que a maior parte das pessoas de referência dos domicílios está na faixa etária entre 31 e 40 anos, representados por 39,76%. A seguir, tem-se a faixa etária de 41 a 50 anos, como a segunda maior proporção, somando 32,23%. Embora, em menor proporção, o assunto chave deste estudo é mostrado na tabela, constatando-se que há menores com a função de pessoa de referência em seus domicílios, sendo a taxa de 0,25% referindo-se a crianças e adolescentes entre treze e dezesseis anos de idade nesta situação.

Vale ressaltar ainda a presença de idosos como pessoas de referência em seus domicílios, com a taxa de 2,28% na faixa etária de 71 a 93 anos, o que, dependendo do

tamanho da família e composição familiar, também pode causar estímulo ao trabalho infantil, pois geralmente pessoas nesta faixa de idade são menos propensas ao trabalho, principalmente por questões de saúde.

Tabela 5 - Idade da pessoa de referência do domicílio das crianças e adolescentes, em porcentagem.

Idade	%
13 a 16	0,25
17 a 20	0,52
21 a 30	7,11
31 a 40	39,76
41 a 50	32,23
51 a 60	12,62
61 a 70	5,25
71 a 93	2,28
TOTAL	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

A tabela 6 apresenta a idade em que a pessoa de referência da residência começou a trabalhar, o que mostra uma porcentagem considerável comprovando que esses indivíduos também sofreram com o trabalho infantil, sendo a maior proporção a de indivíduos que começaram a trabalhar entre 10 e 15 anos, somando 54,73%. Em segundo, ficam os agentes provedores que começaram a trabalhar entre 16 e 21 anos, com 27,85%.

As menores proporções ficaram com as pessoas que começaram a trabalhar entre 28 a 33 anos, e as de 34 e 40 anos, com suas porcentagens respectivas de 0,5% e 0,3%. Ainda, a uma taxa de 14,17% estão os indivíduos que começaram a trabalhar entre quatro e nove anos, mostrando que o trabalho infantil também era presente na infância dessas pessoas de referência e que no Centro-Oeste, parece ser cultural começar a trabalhar muito cedo.

Há grande relevância em relação a esta variável, pois pode mostrar possíveis motivos do trabalho infantil nas crianças e adolescentes que vivem com essas pessoas, tanto positivamente, quanto negativamente. Ou seja, pessoas que começaram a trabalhar muito cedo podem acarretar a inserção precoce ao trabalho por parte de seus filhos por terem sido ensinados assim e até mesmo por necessidade, mas também podem evitar este problema, por saberem as dificuldades que obtiveram trabalhando na infância, não permitindo que o mesmo ocorra em sua próxima geração.

Tabela 6 – Idade em que a pessoa de referência do domicílio começou a trabalhar, em porcentagem.

Idade	%
4 a 9	14,17
10 a 15	54,73
16 a 21	27,85
22 a 27	2,41
28 a 33	0,5
34 a 40	0,3
TOTAL	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

Os anos de escolaridade da pessoa de referência estão descritos na tabela 7. As quantidades que aparecem em maior incidência são 11 anos de estudo, com 25,31%, e oito anos de estudo, com 10,88%. O esperado para esta variável é que quanto maior a escolaridade da pessoa de referência, menor a probabilidade de a criança ou adolescente estar trabalhando.

Tabela 7 - Anos de escolaridade da pessoa de referência do domicílio das crianças e adolescentes no Centro-Oeste, em porcentagem.

Ano	%
Sem instrução ou menos de 1 ano	7,86
1	1,63
2	2,68
3	3,35
4	8,84
5	7,94
6	4,28
7	4,98
8	10,88
9	2,81
10	3,08
11	25,31
12	2,48
13	1,62
14	1,67
15	10,58
Total	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

Vale salientar, que o número de pessoas sem instrução ou que estudaram menos de 1 ano é muito alto, conforme apresentado na tabela, com 7,86%, o que também pode estar relacionado com a hipótese esperada acima, pois com menos estudos, a criança possivelmente tem a sua probabilidade de inserção no mercado de trabalho mais elevada.

4.1.2 Características pessoais e familiares das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil

Esta parte apresenta as variáveis relacionadas apenas com os indivíduos com idade entre 10 e 16 anos que estavam trabalhando na semana de referência da coleta de dados. A distribuição referente à variável gênero desses indivíduos mostra que a maior parte dos trabalhadores infantis é do sexo masculino, sendo representados por 66,16%, enquanto o sexo feminino é representado por 33,84%.

A variável cor, cujos dados estão expostos na tabela 8, a seguir, segue a tendência encontrada nos dados obtidos com o total da amostra de crianças e adolescentes no Centro-Oeste, no que diz respeito à cor ou etnia desses indivíduos, pois ambas apresentaram a maior porcentagem, ou seja, 62,23% de crianças e adolescentes da cor parda. Em seguida, aparece a cor branca com a segunda maior incidência, representando 31,13% dos indivíduos.

Tabela 8 - Cor das crianças e adolescentes que estavam trabalhando no Centro-Oeste, em porcentagem.

Cor/etnia	%
Branca	31,13
Preta	6,30
Amarela	0,35
Parda	62,23
TOTAL	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

A tabela 9 refere-se ao percentual por idade dos trabalhadores infantis da região analisada. A partir disso, percebe-se que os maiores valores se concentram nas idades mais elevadas, sendo elas as de 14, 15 e 16 anos, com porcentagens respectivas de 14,31%, 31,61% e a maior delas de 40,82%. Vale ressaltar que é permitido pela legislação brasileira o trabalho regular para indivíduos que possuem idade igual ou superior a 14 anos, desde que seja sob a

condição de menor aprendiz. As quatro primeiras idades são as que possuem menor proporção, que quando somadas chegam a pouco mais de 13%.

Tabela 9 - Idade das crianças e adolescentes que estavam trabalhando no Centro-Oeste, em porcentagem.

Idade	%
10	0,70
11	1,39
12	4,58
13	6,59
14	14,31
15	31,61
16	40,82
TOTAL	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

A distribuição dos trabalhadores infantis no tocante ao local de residência mostra que apenas 15,93% dessas crianças e adolescentes viviam na área rural, enquanto os outros 84,07% residiam na área urbana.

Em relação a variável citada na tabela 10, ou seja, o tamanho da família, observa-se que essa variável segue quase a mesma proporção tanto para a população infantil da região, que foi observado na tabela 3, quanto para os indivíduos que trabalham. A maior porcentagem está descrita na quantidade de quatro pessoas compondo a família, com 33,88%, seguida das famílias com três membros, com 24,05%. As menores quantidades ainda seguem com as residências que abrigam nove pessoas (0,69%).

Tabela 10 - Tamanho da família das crianças e adolescentes que estavam trabalhando no Centro-Oeste, em porcentagem.

Nº de pessoas	%
2	4,12
3	24,05
4	33,88
5	22,70
6	10,33
7	3,16
8	1,05
9	0,69
TOTAL	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

Na tabela 11 visa mostrar a distribuição da população infantil trabalhadora no tocante ao tipo de família. Também nota-se uma semelhança dos dados coletados para a população infantil total do Centro-Oeste, cujo grupo que aparece com maior proporção é o de casais com filhos com idade inferior ou superior a 14 anos, somando 36,98% e, logo em seguida, o grupo de casais que tem filhos com idade igual ou superior a 14 anos, cujo valor é de 26,70%.

A menor incidência de trabalhadores infantis se encontra em domicílios onde o tipo de família se enquadra no grupo *outros tipos de família*, cujo valor é de 3,75%, e quando há somente a mãe com todos os filhos menores de 14 anos, com 1,07%.

Tabela 11 - Tipo de família das crianças e adolescentes que estavam trabalhando no Centro-Oeste, em porcentagem.

Tipo de família	%
Casal sem filhos	4,93
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	6,60
Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	26,70
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	36,98
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	1,07
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais	10,77
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	9,20
Outros tipos de família	3,75
TOTAL	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

Quando se analisa a pessoa de referência, os dados sobre a distribuição dessas em termos de gênero mostram que as proporções seguem a mesma linha dos dados apresentados para a pessoa de referência da população infantil total da região, sendo o sexo masculino predominante, com 59,82%, enquanto o sexo feminino ocupa os outros 40,18% restantes.

Com relação à idade da pessoa de referência, a tabela 12 apresenta dados que mostram que a faixa etária de 38 a 48 anos é a que contém a maior quantidade desses indivíduos nos domicílios das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Logo após, aparece a faixa etária de 27 a 37 anos, com 26,67%. Nestes dados, focados apenas nos trabalhadores infantis, os idosos apresentam a menor proporção de pessoas de referência, somando 2,48% entre 71 e 85 anos.

Tabela 12 - Idade da pessoa de referência do domicílio, em porcentagem.

Idade	%
16 a 26	2,73
27 a 37	26,67
38 a 48	45,15
49 a 59	16,97
60 a 70	6,04
71 a 85	2,48
TOTAL	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

A tabela 13 apresenta a representação percentual da idade em que a pessoa de referência do domicílio da criança e adolescente em situação de trabalho infantil começou a trabalhar.

De acordo com a tabela, a maior parte dessas pessoas começou a trabalhar entre 13 e 16 anos, representando 41,91%. Logo após, aparece à faixa etária de 9 a 12 anos, com um percentual de 32,42%. Percebe-se que as duas maiores proporções indicam que as pessoas de referência também entraram precocemente no mercado de trabalho. Seguindo, temos o valor de 14% representado pelas pessoas de referência entre 17 e 20 anos, 10,02% representado pela faixa etária de 5 a 8 anos (o que mostra um índice elevado de trabalho infantil em vista da idade) e, por fim, 1,64% representado pelas pessoas de referência entre 21 e 30 anos.

Tabela 13 - Idade em que a pessoa de referência do domicílio começou a trabalhar, em porcentagem.

Idade	%
5 a 8	10,02
9 a 12	32,42
13 a 16	41,91
17 a 20	14
21 a 30	1,64
TOTAL	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

De acordo com a tabela apresentada acima, mais de 85% dessas pessoas de referência trabalharam na infância, o que prova a existência da transmissão intergeracional do trabalho

infantil, pois o esperado é que este fato aumente a probabilidade da criança (que vive com esta pessoa de referência) trabalhar.

Em seguida, como se observa na tabela 14, que busca mostrar os anos de estudo das pessoas de referência, vê-se que a maior parte dessas frequentou a escola durante 11 anos, com 25,47%, e o segundo maior valor é a de oito anos de escolaridade, com 13,31%. As menores proporções aparecem em 1 e 14 anos de escolaridade, com respectivamente 0,71% e 0,36%.

Tabela 14 - Anos de escolaridade da pessoa de referência do domicílio no Centro-Oeste, em porcentagem.

Anos de escolaridade	%
Sem instrução e menos de 1 ano	7,18
1 ano	0,71
2 anos	3,68
3 anos	2,81
4 anos	11,03
5 anos	6,96
6 anos	6,77
7 anos	6,43
8 anos	13,31
9 anos	3,77
10 anos	4,15
11 anos	25,47
12 anos	3,89
13 anos	0,86
14 anos	0,36
15 anos	2,62
TOTAL	100

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

Vale ressaltar que a porcentagem apresentada para as pessoas de referência que estão no grupo denominado sem instrução e menos de 1 ano de estudo é alta, com 7,18%.

4.2 EFEITO SOBRE A PROBABILIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ESTAREM EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL

Na introdução deste trabalho apresentamos o objetivo principal desta pesquisa, que consiste em analisar os determinantes do trabalho infantil no Centro-Oeste. Para atingir esse objetivo, fez-se uso de um modelo de escolha qualitativa, o modelo *logit*.

A tabela 15 apresenta os resultados obtidos por meio da estimação do modelo *logit*, em que a variável dependente é uma variável binária, que mostra se as crianças e adolescentes entre 10 e 16 anos de idade se encontravam em uma situação de trabalho infantil, ou não, na semana de referência da pesquisa.

Esta tabela apresenta os efeitos marginais das variáveis independentes (idade, gênero, cor/raça, local de residência, tamanho da família, tipo de família⁵, gênero da pessoa de referência, idade da pessoa de referência, idade em que a pessoa de referência começou a trabalhar, anos de escolaridade da pessoa de referência e o logaritmo da renda da pessoa de referência) em razão da variável dependente (trabalho infantil), utilizando como fonte de dados a PNAD 2015.

A segunda coluna da tabela 15 apresenta o efeito marginal da variável independente em análise, sobre a probabilidade da criança ou adolescente estar trabalhando na semana de referência. A terceira e a quarta colunas mostram o erro padrão e o teste Z ⁶.

⁵ De acordo com os dados da tabela 4 foi construída a variável *dummy* ‘mãe e filhos’ analisada no modelo *logit*. Essa variável possui valor 1 para todas as crianças e adolescentes que moram em domicílios que tenham apenas a mãe (monoparental), independente da idade da criança. Essa variável possui valor zero para as famílias que tenham pai e mãe (biparental), independente da idade da criança, e para outros tipos de famílias.

⁶ A análise foi realizada com nível de significância de 5%.

Tabela 15 - Efeitos Marginais sobre a probabilidade de a criança ou adolescente estar trabalhando.

Variável	Efeito Marginal	Erro Padrão	Z
Idade	0,0239319**	0,00168	14,23
Masculino	0,0230708**	0,00544	4,24
Branca	0,0004239	0,00549	0,08
Urbano	-0,0135039	0,00967	-1,40
Tamanho da família	-0,001864	0,00209	-0,89
Mãe e filhos	-0,0079365	0,00764	-1,04
Gênero da pessoa de referência (Masculino)	0,0027885	0,0073	0,38
Idade da pessoa de referência	-0,0003707	0,00031	-1,21
Idade que a pessoa de referência começou a trabalhar	-0,0016134*	0,00072	-2,23
Anos de escolaridade da pessoa de referência	-0,0002754	0,00074	-0,37
Renda da pessoa de referência	-0,0098543*	0,0041	-2,40

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD 2015.

** significante a 1%; * significante a 5%.

De acordo com as informações apresentadas na tabela 15 as variáveis idade, gênero, idade em que a pessoa de referência começou a trabalhar e o logaritmo da renda da pessoa de referência são estatisticamente significantes.

A respeito da variável idade da criança ou adolescente, um ano a mais aumenta em 2,39 pontos percentuais (p.p.) a probabilidade dessa criança ou adolescente estar trabalhando, confirmando o resultado esperado de que quanto maior a idade da criança, mais propensa a optar por trabalhar ela seria. Com relação a variável gênero, temos que a probabilidade de meninos estarem trabalhando é 2,30 p.p. maior do que das meninas.

Com relação a variável idade que a pessoa de referência começou a trabalhar, um ano a mais diminui em 0,16 p.p. a probabilidade de trabalho infantil. Isso mostra que a criança e o adolescente tem maior probabilidade de trabalhar, se a pessoa de referência também trabalhou na infância.

Por fim, a última variável estatisticamente significativa mostra o logaritmo da renda da pessoa de referência. Essa variável mostra que conforme a renda da pessoa de referência aumenta, a probabilidade da criança ou adolescente estar em situação de trabalho precoce diminui.

Muniz (2006), em seu estudo sobre os determinantes do trabalho infantil em Minas Gerais, constatou que, para aquela região, o perfil com a maior probabilidade de ser um trabalhador infantil seria de um menino que vivia na área rural. Os resultados diferem dos resultados encontrados no presente estudo, pois a variável local de residência não foi significativa para a região Centro-Oeste.

Lima (2011), em sua análise sobre os determinantes do trabalho infantil para Tocantins, também constatou que quanto maior a idade da criança, maior a probabilidade desta trabalhar e deixar de estudar. Outra variável que também foi analisada pelo autor foi a variável tipo de família, que resulta em menor propensão ao trabalho de crianças que possuem suas famílias compostas pelos dois pais, assim como indivíduos de cor branca. A variável tamanho da família obteve resultado significativo, verificando-se que quanto mais pessoas na família, mais propensas a trabalhar as crianças e adolescentes serão. Os resultados obtidos no estudo citado condizem com os resultados obtidos no presente estudo apenas em relação a variável idade, sendo as demais variáveis significantes apenas para Tocantins o que reforça ainda mais a relevância das variáveis analisadas separadamente para cada região.

Assim como os resultados adquiridos no estudo de Muniz (2006) e Lima (2011), as variáveis idade, tamanho da família e gênero também foram significantes na análise de Magalhães (2005) para a Ucrânia em 1999, o que retrata a maior parte dos determinantes significantes como sendo os mesmos, tanto em nível global, como federal e estadual. Com relação a este trabalho, apenas a variável tamanho da família se difere dos resultados encontrados pelos trabalhos citados acima, não obtendo resultado significativo.

Em outro estudo neste âmbito, Kassouf (2002) apresenta resultados significantes para a renda da pessoa de referência, mostrando que quanto maior a renda familiar, menor a probabilidade de a criança trabalhar e maior a de ela estudar. Em relação a variável anos de escolaridade da pessoa de referência, é encontrada significância para pai e mãe, com efeito negativo, ou seja, quanto maior a escolaridade dos pais, menor a probabilidade da criança estar inserida no mercado de trabalho (apud, KASSOUF, 2007).

Portanto, vê-se que a análise feita tem concordância com a maior parte das análises expostas na revisão bibliográfica e com os vários estudos realizados, também quando se trata de características familiares, como por exemplo, a renda da pessoa de referência, que tem ligação direta com o trabalho infantil. Com isso, percebemos a importância de conhecer os fatores que causam o trabalho precoce, focando em uma região, pois permite uma visão ampla das causas que são de âmbito global e das que são específicas da localidade ou região analisada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou uma análise sobre os determinantes do trabalho infantil para o Centro-Oeste utilizando os dados da PNAD 2015 referentes as crianças e adolescentes de 10 a 16 anos, ou seja, as características que se correlacionam com o trabalho infantil.

Os resultados encontrados mostram que os meninos representam a maior proporção de trabalhadores infantis. No que diz respeito à cor dos indivíduos, as cores predominantes são a parda e a branca entre as crianças e adolescentes que trabalham.

A maior proporção de trabalho infantil encontra-se na área urbana, onde a maioria dessas crianças vive com ambos os pais e com quatro pessoas compondo sua família.

Em relação à pessoa de referência do domicílio dessas crianças, a idade varia entre 38 e 48 anos, a maior parte dessas pessoas começou a trabalhar com idade entre 13 e 16 anos e frequentaram a escola por 11 anos.

No tocante ao modelo econométrico aplicado, os resultados mostraram que a idade da criança é um determinante positivo sobre o trabalho infantil, visto que o efeito marginal desta variável afeta positivamente a probabilidade da criança e do adolescente estarem trabalhando. A variável gênero mostra que os meninos possuem uma probabilidade maior de estarem em situação de trabalho, ambos tendo as mesmas características.

A idade em que essa pessoa de referência começou a trabalhar e a sua renda, apresentam-se como determinantes negativos, como mostra os resultados obtidos. Ambas são estatisticamente significantes para o estudo, conforme o efeito marginal destas afeta negativamente a probabilidade da criança e do adolescente estarem inseridos no mercado de trabalho precocemente.

Este trabalho trouxe resultados importantes em relação às características e os determinantes que afetam a probabilidade de incidência do trabalho infantil, especificamente para a região, pois com essas informações será possível melhorar os métodos de combate visando a sua erradicação, além de criar estratégias para a sua prevenção.

Uma limitação deste estudo é que não foi possível desmembrar a região Centro-Oeste e analisar os determinantes em cada um de seus estados. Isso porque, quando se analisou cada um dos estados a amostra de crianças em situação de trabalho infantil se reduziu e, com isso, os resultados perdiam credibilidade. Entretanto, o lado positivo disso é que se a amostra é pequena provavelmente o trabalho infantil diminui nos estados. Outra limitação encontrada, é que não foi possível separar o efeito do menor aprendiz, porque parte do efeito encontrado

pode ser de um trabalho regular, já que a partir de 14 anos o trabalho é legal, desde que em condição de aprendiz.

REFERÊNCIAS

ABADÍA S. U., CUEVAS L. M. T. y CAICEDO M. C. Determinantes del trabajo infantil y la escolaridad: el caso del Valle del Cauca en Colombia. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, vol. 7, núm. 2, (julio-diciembre), 2009, pp. 707-733.

ACEVEDO, K., QUEJADA, R. & YÁNEZ, M. (2011). Estudio transversal de los determinantes del trabajo infantil en Cartagena, año 2007. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 2 (9), pp. 589 - 606.

ALMEIDA, R. B. **O efeito das fiscalizações do trabalho para a redução do trabalho infantil no Brasil**. 2015. 104 f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2015.

ARAÚJO, A. A.; LIMA, J. E.; LIMA, J. R. F.; GOMES, M. F. M. **Trabalho infantil no Brasil: análise dos principais determinantes**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 31, n 2, p. 373-394, dez/2010.

BARBOSA, P. P. (2016). **O trabalho dos menores no Decreto 1.313 de 17 de janeiro de 1891**. *Angelus Novus*, (10), 61-86. Recuperado de: <http://www.revistas.usp.br/ran/article/view/124221> Acesso em: 20 out. 2018.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **Trabalho Infantil no Brasil: rumo à erradicação**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador/Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – 2. ed.** – Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. 95 p.

CIPOLA, A. **O trabalho infantil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

CODEPLAN. (2012). **Situação do Trabalho Infantil**. *Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan*, 17.

- FERREIRA, E. S. **Trabalho Infantil**: história e situação atual. Canoas: Ulbra, 2001. 120 p.
- FERRO, A. R. **Avaliação do Impacto de Programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil**. 2003. Dissertação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FERRO, A.; KASSOUF, A. L. **Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- GUEDES FILHO, E. M.; CURI, A. Z.; TOJA, F. N.; CONDE, R. **Trabalho infantil e adolescente: impacto econômico e os desafios para a inserção de jovens no mercado de trabalho no cone sul**. São Paulo: Tendências: consultoria integrada, 2013.
- GUIMARÃES, R. M.; ASMUS, C. I. R. F. **Desigualdades Sociais e Trabalho Infantil no Brasil**. Caderno Saúde Coletiva, v.18, n.4. Rio de Janeiro, 2010.
- GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 4 ed. Traduzido por Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2015. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Censo 2010 – **Trabalho Infantil**, 2018a. Disponível em:
<https://ww2.ibge.gov.br/estadosat/>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- _____. **Estatísticas por estados**, 2018b. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=sobre>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- KASSOUF, A. L. *et al.* **Trabalho infantil: escolaridade x emprego**. Economia, v. 2, n. 2, p. 549-586, 2001.
- KASSOUF, A. L. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?** Nova Economia, Belo Horizonte, 17 (2), p. 323 - 350, maio – agosto, 2007.

KASSOUF, A. L. Evolução do trabalho infantil no Brasil. **Sinais Sociais**, 9-45. Rio de Janeiro. 2015.

LIMA, J. C. M. **Análise dos determinantes do trabalho infantil para famílias tocantinenses utilizando o modelo *logit* multinomial**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2011.

MAGALHÃES, M. (2005). "**Trabalho Infantil-Aplicação do Modelo Multinomial**," Labor and Demography0505013, University Library of Munich, Germany.

MARIN, J. O. B. O Agronegócio e o problema do trabalho infantil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 35, p. 189-206, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/71577>. Acesso em: 03 nov. 2018.

MUNIZ, A. L. P. **As características e os determinantes do trabalho infantil em Minas Gerais em 2004**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2006, Uberlândia.

NETO, H. A. **Trabalho Infantil na Terceira Revolução Industrial**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007. 244 p.

OLIVEIRA, I. C.C. **Infâncias**: O lugar do lúdico nas tramas do trabalho infantil. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004, Natal.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Boas práticas de combate ao trabalho infantil**: os 10 anos do Ipec no Brasil – Brasília: OIT, 2003.

_____. **As boas práticas da inspeção do trabalho no Brasil**: a prevenção e erradicação do trabalho infantil, Brasília: OIT, 2010. 44p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Medir o progresso na luta contra o trabalho infantil**: estimativas e tendências mundiais 2000-2012. Bureau international do Trabalho. Genebra: OIT, 2013.

_____. **Trabalho Infantil no Brasil**: Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres de Trabalho Infantil. Brasília: OIT, 2015.

_____. **Trabalho Infantil**. Brasília: OIT, 2017a. Disponível em:
<https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **O Trabalho Infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2017b. Disponível em:
https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS_565212/lang--pt/index.htm. Acesso em: 20 out. 2018.

PEREIRA, R. C. **As principais características do trabalho infantil no estado de Mato Grosso do Sul**. 2016. 49 f. Trabalho de Graduação. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

UNICEF. **The state of the world's children – 2009**: maternal and newborn health. December, 2008.

_____. **Constituição da República Federativa**. Disponível em:
https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10132.htm. Acesso em: 14 nov. 2018.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.